

Cultura Ambiental no Território Caipira: a Experiência no Programa em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e a Agenda 2030

Environmental Culture in the Caipira Territory: The Experience in the ATER Program for Agrarian Reform Settlements and the 2030 Agenda

Cultura Ambiental en el Territorio Caipira: Experiencia en el Programa ATER de Asentamientos de Reforma Agraria y la Agenda 2030

Antonia Raqueicha Sousa e Silva¹, Fábio Fernandes Villela², Paulo Vinicius de Jesus Morgado³ e Janaina Tereza Santos Teodoro⁴

¹ Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual Paulista – UNESP de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: ars.silva@unesp.br

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5835-7423>

² Departamento de Educação, Instituto de Biologia, Letras e Ciências Exatas - UNESP, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: fabio.villela@unesp.br

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2855-1018>

³ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros, Universidade de São Paulo, USP. E-mail: paulovm.jesus@gmail.com

⁴ Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual Paulista – UNESP de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: janaina.tereza@unesp.br

Recebido: 10/12/2025; Aceito: 10/01/2026; Publicado: 27/01/2026.

Resumo: Este artigo apresenta relato de experiência sobre a implementação de um projeto voltado à assistência técnica para extensão rural em assentamentos localizados no interior de São Paulo, com foco na promoção da cultura ambiental sob uma perspectiva sustentável (Cf. Villela, 2022 e 2016). A iniciativa trabalhou os princípios da agrofloresta e da agroecologia, evidenciando seus benefícios econômicos e ecológicos para os produtores rurais. As práticas de agrofloresta, que integram árvores, culturas agrícolas e, por vezes, pecuária, contribuíram para a conservação do solo, aumento da biodiversidade e melhoria da regulação hídrica. A adoção da agroecologia, por sua vez, fortaleceu a sustentabilidade produtiva por meio do uso eficiente de recursos naturais, valorização dos saberes locais e redução da dependência de insumos químicos. Os resultados demonstraram impactos positivos na diversificação da renda, recuperação ambiental e aumento da resiliência das áreas produtivas, destacando a relevância dessas práticas para o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: extensão rural; assistência técnica; assentamentos; agrofloresta; agroecologia.

Abstract: This article presents an experience report on the implementation of a project focused on providing technical assistance for rural extension in settlements located in the interior of São Paulo, with an emphasis on promoting environmental culture from a sustainable perspective (Cf. Villela, 2022 and 2016). The initiative worked with the principles of agroforestry and agroecology, highlighting their economic and ecological benefits for rural producers. Agroforestry practices, which integrate trees, agricultural crops and, sometimes, livestock, contributed to soil conservation, increased biodiversity and improved water regulation. The adoption of agroecology, in turn, strengthened productive sustainability through the efficient use of natural resources, the valorization of local knowledge and the reduction of dependence on chemical inputs. The results

demonstrated positive impacts on income diversification, environmental recovery and increased resilience of productive areas, highlighting the relevance of these practices for sustainable rural development.

Keywords: rural extension; technical assistance; settlements; agroforestry; agroecology.

Resumen: Este artículo presenta un relato de experiencia sobre la implementación de un proyecto de asistencia técnica para la extensión rural en asentamientos ubicados en el interior de São Paulo, con foco en la promoción de la cultura ambiental desde una perspectiva sustentable (Cf. Villela, 2022 y 2016). La iniciativa trabajó sobre los principios de la agroforestería y la agroecología, destacando sus beneficios económicos y ecológicos para los productores rurales. Las prácticas agroforestales, que integran árboles, cultivos agrícolas y, a veces, ganado, han contribuido a la conservación del suelo, aumentado la biodiversidad y mejorado la regulación del agua. La adopción de la agroecología, a su vez, fortaleció la sostenibilidad productiva a través del uso eficiente de los recursos naturales, la valorización del conocimiento local y la reducción de la dependencia de insumos químicos. Los resultados demostraron impactos positivos en la diversificación del ingreso, la recuperación ambiental y el aumento de la resiliencia de las áreas productivas, destacando la relevancia de estas prácticas para el desarrollo rural sostenible.

Palabras clave: extensión rural; asistencia técnica; asentamientos; agroforestería; agroecología.

1. Introdução

Este texto apresenta um relato de experiências sobre um curso de extensão universitária ministrado presencialmente nos assentamentos de reforma agrária: Augusto Boal, situado no município de José Bonifácio-SP; e Reunidas, localizado em Promissão-SP. A realização deste curso foi fundamentada em uma das principais lutas da reforma agrária, que não se limita à distribuição de terras. Trata-se de uma luta ampla, que abrange o acesso a políticas públicas, educação, saúde, infraestrutura e assistência técnica, pilares fundamentais para a permanência das famílias no campo e para o fortalecimento do seu desenvolvimento sustentável. Tudo foi possível devido aos recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural (ProFor-Ext), uma iniciativa de caráter nacional voltada à capacitação de agentes e comunidades no âmbito da extensão rural.

O curso de Extensão Universitária (Cultura Ambiental no Território Caipira: Hortifrutos e Saúde no Solo) teve como premissa a promoção de sistemas agroecológicos, com ênfase no uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs), como alternativa à agricultura convencional. Os SAFs combinam o cultivo de espécies agrícolas com a presença de árvores e vegetação nativa, criando ecossistemas diversificados que promovem a regeneração do solo, o aumento da biodiversidade e a melhoria da qualidade ambiental. Além disso, os SAFs contribuem para o fortalecimento da soberania alimentar e financeira das comunidades, proporcionando uma produção agrícola mais resiliente e sustentável que oferecem soluções integradas e sustentáveis, capazes de regenerar o solo, promover a biodiversidade e fortalecer a soberania alimentar e financeira das comunidades. Esses modelos apresentam-se como alternativas urgentes e necessárias, alinhadas tanto às demandas locais quanto às globais por sustentabilidade e justiça social.

O curso foi pensado para esses assentamentos da reforma agrária devido a dificuldade em se desapegar da monocultura, visando auxiliar as famílias a iniciarem a transição agroecológica em suas terras, para que possam se desvincular de práticas convencionais de agricultura como a monocultura, uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, substituindo-as por práticas agrícolas que não somente produzam alimentos saudáveis, mas que também melhore a qualidade do solo, do meio ambiente, promova a geração de renda, soberania alimentar, auto suficiência e sustentabilidade, para que não tenha apenas um cuidado com o solo, para que haja uma diversidade na produção do pequeno agricultor. Trabalhar com outros alimentos também, para que não tenha apenas um cuidado com o solo, para que haja uma diversidade na produção do pequeno agricultor. O texto foi organizado da seguinte forma (1) O que é o ProFor-Ext e a importância de uma (ATER) nos assentamentos da Reforma Agrária. (1.1) A importância da extensão universitária e formação dos docentes. (1.2) Curso De Extensão: Cultura Ambiental No Território Caipira: Agrofloresta, Hortifrutos e Saúde No Solo. (1.3) Público-alvo do curso.

1.1 O que é o ProFor-Ext e a importância de uma (ATER) nos assentamentos da Reforma Agrária

O Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos de Reforma Agrária e a Agenda 2030 (Profor-EXT) é uma iniciativa de grande importância para a melhoria da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável no Brasil. Desde 2023, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) são responsáveis por este programa em parceria com o INCRA, com foco na capacitação de técnicos e agentes envolvidos em projetos de reforma agrária. O projeto tem parceria com 16 Universidades Públicas, em 11 estados brasileiros, com foco em promover o acesso à assistência técnica e extensão rural em assentamentos e quilombos do Brasil e estimular o desenvolvimento rural sustentável. A equipe de capacitação regional conta com um Coordenador Regional, um supervisor do Polo, um bolsista residente, duas estagiárias, três agentes locais de formação (ALF's), eles são jovens assentados e foram escolhidos para ter uma participação mais ativa no projeto, além de serem intermediários entre a Universidade e os outros moradores dos Assentamentos. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) "Os objetivos centrais do ProforExt incluem: Formar extensionistas como agentes de desenvolvimento rural; promover inclusão social e econômica de agricultores familiares; combater a fome e a insegurança alimentar; fomentar o desenvolvimento rural sustentável; reduzir desigualdades sociais; preservar o meio ambiente." Projetos como esse representam uma contribuição significativa para o avanço das políticas públicas no campo, fortalecendo a autonomia dos agricultores e ampliando suas oportunidades de desenvolvimento.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos assentamentos da reforma agrária tem por base a Lei Planalto "Art. 73. Dentro das diretrizes fixadas para a política de desenvolvimento rural, com o fim de prestar assistência social, técnica e fomentista e de estimular a produção agropecuária, de forma a que ela atenda não só ao consumo nacional, mas também à possibilidade de obtenção de excedentes exportáveis, serão mobilizados, entre outros, os seguintes meios: I - assistência técnica; (...); XII - garantia de preços mínimos à produção agrícola." A regulamentação foi atualizada e ampliada ao longo dos anos, com normas como o Decreto nº 7.215/2010, que instituiu diretrizes para os serviços de ATER voltados aos assentamentos da reforma agrária, e o Plano Nacional de Reforma Agrária, que prevê a assistência técnica como instrumento essencial para a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável dos beneficiários. O INCRA continua sendo o órgão central na coordenação desses serviços, agora integrando ações com outras políticas públicas para promover a sustentabilidade socioeconômica das famílias assentadas.

Milhomem et al. (2018) fazem observações de como a falta de suporte técnico dificulta a implementação de técnicas produtivas mais modernas e sustentáveis, resultando em baixa produtividade e rentabilidade financeira. E os processos burocráticos para acessar linhas de crédito, muitas vezes desconhecidos ou complexos para os agricultores, tornam-se ainda mais desafiadores sem a orientação adequada. Essa realidade contribui para o aumento da vulnerabilidade econômica das famílias assentadas, gerando um ciclo de desmotivação e evasão das áreas rurais em busca de melhores condições de vida em outros lugares. "A assistência técnica se mostra necessária por questões de rentabilidade dos agricultores, devido a burocracia no acesso aos créditos, acontece uma evasão nos assentamentos que não ocorre somente pela burocracia no acesso aos créditos, mas sim pela dificuldade de geração de renda, planejamento e gestão da propriedade, comercialização e escoamento dos produtos. E principalmente dos jovens, acontece devido a falta de perspectiva, oportunidade de emprego, acesso à informação e tecnologias, núcleos familiares rígidos que não reconhecem e nem valorizam os interesses dos jovens, prejudicando o desenvolvimento das atividades agrícolas."

1.2 A importância da extensão universitária e formação acadêmica

A extensão universitária trata-se de um conjunto de ações educativas que tem como função a integração entre a comunidade e as Universidades, as primeiras experiências documentadas no Brasil ocorreram entre os anos de 1911 e 1917, na então Universidade Livre de São Paulo. Durante esse período, foram promovidas diversas atividades abertas ao público, que buscavam compartilhar conhecimentos acadêmicos com a comunidade externa extensão universitária como atividades que apresentassem possíveis soluções para os problemas socioeconômicos de interesse nacional (FIGUEIREDO et al., 2022).

Essas iniciativas representaram um esforço para aproximar a universidade da sociedade, oferecendo espaços de aprendizado, debate e troca de saberes. Esse movimento marcou o início da construção do conceito de extensão universitária no país, que mais tarde se tornaria um dos pilares fundamentais da atuação acadêmica, ao lado do ensino e da pesquisa. O objetivo da extensão é aprendizagem em serviço, onde as atividades acadêmicas devem ter

um impacto social positivo, gerando benefícios para a sociedade. Nesse sentido, Santos (2014, p. 47) afirma que “a extensão universitária deve ser compreendida como um espaço de diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular, possibilitando uma formação integral e crítica aos sujeitos envolvidos.” Essa visão reforça a necessidade de articular teoria e prática, criando oportunidades para que acadêmicos/as e docentes gerem saberes que enriquecem as práticas pedagógicas. Ademais, a extensão universitária favorece uma compreensão mais ampla e contextualizada das realidades escolares, incentivando o desenvolvimento de estratégias didáticas mais eficazes e significativas no processo de ensino-aprendizagem.

Para assegurar a Extensão Universitária como atividade nas instituições públicas de ensino superior no Brasil, atualmente têm-se a Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, que assegura “[...] no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Com base em suas observações, Santos, Rocha e Passaglio (2016) Destacaram que as atividades de extensão desempenham um papel fundamental ao estimular a percepção e o entendimento das diferenças entre teoria e prática. Essas atividades contribuem para o aprimoramento da formação dos estudantes, permitindo-lhes aplicar, de maneira concreta, os conhecimentos adquiridos em sala de aula parte teórica. Nesse sentido podemos compreender como o “aprender na prática” pode melhorar a formação acadêmica do graduando pois assim ele pode ter experiências para conseguir trabalhar em sua área devido às atividades de extensão melhorarem a formação acadêmica ao proporcionar um ambiente dinâmico de aprendizado, em que o estudante não é apenas um receptor de conhecimento, ele também é um agente ativo na construção de soluções e na inovação, a participação dos projetos interdisciplinares dos alunos podem desenvolver habilidades como liderança, trabalho em equipe, comunicação efetiva e resolução de problemas complexos, todos eles indispensáveis para atuação profissional.

1.3 Curso de Extensão: Cultura Ambiental No Território Caipira: Agrofloresta, Hortifrúti e Saúde No Solo

O curso foi desenvolvido pelo Professor que também é o supervisor, juntamente com o residente bolsista do projeto, seguindo um modelo de SAF (sistemas agroflorestais). É uma formação prática e teórica voltada para o desenvolvimento de técnicas agroecológicas, com ênfase na agrofloresta, hortifrúti e saúde do solo. Destinado a produtores rurais, estudantes, e interessados em práticas sustentáveis, o curso proporciona conhecimentos que visam a transformação das práticas agrícolas no campo, com um enfoque especial no território caipira, respeitando as características culturais e ecológicas locais. O curso foi estruturado em 18 oficinas, que cobrem uma gama de temas essenciais para a compreensão e aplicação dos princípios agroecológicos no dia a dia da agricultura sendo algumas delas: agroecologia, agrofloresta, saúde do solo, adubação orgânica, bioinsumos, packinghouse, educação no Campo. Cada oficina foi planejada de forma a unir teoria e prática, com atividades tanto em sala de aula quanto no campo, garantindo que os participantes pudessem aplicar diretamente os conhecimentos adquiridos. Além das oficinas, foram desenvolvidos dois projetos de agrofloresta experimental. Esses projetos têm como objetivo a implementação e o monitoramento de sistemas agroflorestais, com foco na produção de hortaliças e culturas de roça. A execução desses projetos incluiu o desenvolvimento de 02 Projetos de Agrofloresta experimental: Agrofloresta com foco em Hortaliças (600m²); e Agrofloresta com foco em roça (1.000m²).

Somando o plantio de 75 árvores nativas, 75 bananeiras nanicas e 98 mamoeiros formosa, representando a integração de práticas sustentáveis para a recuperação do solo e aumento da biodiversidade local. Como um dos princípios da agrofloresta é ter uma variedade de espécies plantadas para que não se tenha uma monocultura, isso também facilita caso tenha algum tipo de praga de uma determinada planta, pois tendo outras opções não teria uma perda total da produção.

A Secretária do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) explica que “Sistemas agroflorestais (SAFs) são formas de uso e manejo da terra no qual árvores ou arbustos são utilizados em consórcio com culturas agrícolas, forrageiras e/ou integração com animais”. São projetados para criar uma interação benéfica entre as plantas e o ambiente, promovendo a recuperação do solo, a biodiversidade e a produção sustentável de alimentos, madeira e outros recursos. Muitas áreas destinadas à reforma agrária estão degradadas devido ao uso intensivo anterior, os SAFs promovem a recuperação do solo, controlam a erosão, melhoram a fertilidade e aumentam a capacidade de retenção de água, tornando essas terras produtivas novamente.

A reforma agrária busca garantir que as terras cumpram sua função social, no Brasil a concentração de terras sempre esteve na mão de poucos, a reforma agrária tenta distribuir melhor essas terras e a implementação de SAFs

cumpra esse objetivo ao combinar produção econômica, conservação ambiental e inclusão social. A adoção de um SAF também por ser uma prática que tem fontes rentáveis, pode ajudar a diminuir o êxodo rural. O projeto, assim, serve como uma ponte entre a agricultura familiar e o desenvolvimento de políticas públicas que favorecem uma agricultura de base ecológica, sendo um exemplo de como a capacitação técnica pode transformar práticas produtivas e impactar positivamente a sustentabilidade rural.

1.4 Público-alvo do curso

O campus da Unesp de São José do Rio Preto direcionou suas atividades ao público residente nos assentamentos Augusto Boal, localizado em José Bonifácio-SP, e Reunidas, situado em Promissão-SP. Além disso, o projeto atraiu a participação de moradores urbanos de várias cidades da região interessados em práticas agrícolas mais sustentáveis. Cada assentamento contou com uma média de 20 a 30 participantes por aula, configurando um público diversificado e engajado. O perfil socioeconômico dos participantes demonstrou significativa heterogeneidade. A maioria pertence à classe média, com idades variando entre 22 e 65 anos, sendo predominante a faixa etária de 30 a 45 anos. Entre os participantes, destacam-se agricultores familiares, professores e moradores urbanos, interessados em técnicas voltadas ao cultivo de alimentos em pequena escala, seja para autoconsumo ou com o objetivo de comercialização. Essa diversidade socioeconômica e cultural representa um aspecto enriquecedor para o projeto, possibilitando a troca de conhecimentos e experiências entre pessoas com diferentes formações e perspectivas. Essa interação tem sido fundamental para a consolidação de práticas agroecológicas na região, contribuindo para o fortalecimento de redes de cooperação e inovação.

As principais demandas identificadas entre os participantes incluem: Sensibilização e capacitação em práticas agroflorestais, voltadas à sustentabilidade ambiental; Planejamento e implementação de consórcios produtivos para otimização do uso da terra; Diversificação das culturas agrícolas, visando não apenas a sustentabilidade ecológica, mas também o aumento das fontes de renda e a ampliação do faturamento das famílias envolvidas. Essas necessidades refletem o compromisso do projeto em promover uma agricultura alinhada aos princípios da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que busca fortalecer a autonomia e a qualidade de vida dos participantes.

2. Metodologia

As aulas foram ministradas de forma híbrida. As partes teóricas eram realizadas de forma on-line, por meio da plataforma Google Classroom, tinham como objetivo apresentar aos alunos informações relevantes, dados fundamentados e argumentos teóricos. Esses conteúdos foram cuidadosamente elaborados para promover a reflexão crítica, estimular o desenvolvimento do pensamento analítico e facilitar a compreensão aprofundada dos temas abordados. As aulas presenciais eram realizadas a cada duas semanas em cada um dos assentamentos, uma semana no Augusto Boal (Figura 1) e a outra semana no Reunidas em Promissão (Figura 2).

Os módulos foram cuidadosamente planejados para oferecer uma compreensão progressiva e integrada sobre a agroecologia e os sistemas agroflorestais (SAFs). Cada módulo abrange:

- Introdução aos Conceitos de Agroecologia: Apresentação dos princípios, importância e benefícios para os produtores e o meio ambiente.
- Planejamento e Implementação de SAFs: Ferramentas e estratégias práticas para incorporar sistemas diversificados que combinem produção agrícola com conservação ambiental.
- Gestão Sustentável de Recursos Naturais: Técnicas para otimizar o uso de solo, água e biodiversidade de forma regenerativa.
- Transição e Planejamento Agroecológico: Passos para transformar sistemas agrícolas convencionais em modelos sustentáveis e resilientes, considerando aspectos econômicos e sociais.



Figura 1: Assentamento Augusto Boal- José Bonifácio/SP. Fonte: Os autores.



Figura 2: Assentamento Reunidas - Promissão/SP. Fonte: Autoria própria.

3. Resultados e Discussões

O foco do projeto estava na implementação de modelos de agroflorestas adaptados às preferências e necessidades dos agricultores locais, promovendo o cultivo sustentável e a diversificação agrícola. Foram escolhidas duas modalidades de plantio de acordo com o foco de cada produtor: roças de quiabo e melancia e o cultivo de abóbora, melancia e hortaliças assim sendo uma abordagem que prioriza a produção local e o fortalecimento das práticas agrícolas adaptadas ao ambiente. Esses projetos-modelo podem ser muito benéficos tanto para a diversificação da produção quanto para a promoção de sistemas agrícolas mais resilientes. A agrofloresta, ao integrar árvores nativas (aroeira e urucum e frutíferas como bananeiras e mamão), melhora a fertilidade do solo, aumenta a biodiversidade e reduz a necessidade de insumos externos, como fertilizantes químicos. Os canteiros foram feitos com o uso de adubação verde, utilizando feijão guandu, feijão de porco, crotalária e nabo forrageiro esse tipo de manejo pode ajudar a fixar melhor o nitrogênio na terra, além do uso de esterco bovino fornece nutrientes de liberação mais rápida, e palhada para cobertura pois atua protegendo o solo contra erosão e perda de umidade, sendo assim muito útil para a fertilização do solo.

Foram plantadas entre as fileiras de quiabo, bananeiras, mamoeiros e árvores frutíferas e medicinais, como urucum, goiaba, limão, moringa, entre outras espécies. Esse modelo de produção, que integra culturas tradicionais com a exploração de novos mercados, oferece uma excelente oportunidade para as famílias fortalecerem sua segurança alimentar e diversificarem suas fontes de renda. Ao manter as culturas tradicionais, as famílias

preservam seus conhecimentos e práticas agrícolas locais, que são parte importante da sua identidade e cultura. Ao mesmo tempo, eles diversificaram para incluir frutas e plantas medicinais, conseguem acessar mercados com maior valor agregado, ampliando suas possibilidades de receita.

O impacto do projeto foi muito positivo para os produtores, principalmente no Augusto Boal, pois eles já estavam acostumados a produzir de forma orgânica, e alguns tem o selo de produtor orgânico, mas ainda não conheciam os modelos da agrofloresta. Os agricultores do Reunidas também estavam bem abertos ao novo modelo de produção, um dos agricultores por exemplo, relatou estar entusiasmado com o modelo agroflorestal aplicado ao cultivo de quiabo, sua cultura principal e expressou o desejo de replicar o sistema agroflorestal em toda a sua propriedade.

A capacitação proporcionou benefícios significativos, não apenas no aprimoramento das práticas agrícolas e na fertilização do solo, mas também no fortalecimento da autonomia dos assentados. Por meio do curso, muitos passaram a se sentir mais preparados para participar de programas governamentais voltados para a agricultura sustentável, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Essas iniciativas, além de promoverem a segurança alimentar, criam oportunidades concretas de comercialização e valorização dos produtos cultivados nos assentamentos.

Outro aspecto transformador foi o impacto econômico gerado pela realização do curso nos assentamentos. A alimentação dos participantes era preparada com produtos locais, valorizando o trabalho dos agricultores da região. Além disso, os participantes externos ao assentamento adquiriram hortifrutis diretamente dos produtores, criando um ciclo econômico sustentável. Essa prática não apenas contribui para a geração de renda, mas também minimiza perdas, ao garantir que os alimentos fossem consumidos ou comercializados de forma eficiente.

O curso, portanto, foi mais do que uma capacitação técnica: tornou-se um catalisador para o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos. Ao fortalecer a integração entre os produtores e os programas governamentais, e ao incentivar o consumo local, a iniciativa promoveu um modelo sustentável que beneficia tanto os agricultores quanto a comunidade como um todo.

4. Considerações Finais

A conclusão deste relato de experiência destaca, de forma significativa, a importância fundamental da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o sucesso das práticas agrícolas sustentáveis nos assentamentos rurais, especialmente nos contextos de reforma agrária. A presença de assistência técnica qualificada é um fator determinante para a transição de modelos agrícolas convencionais para práticas mais diversificadas e regenerativas, como os sistemas agroflorestais (SAFs). Essas metodologias, ao integrar a produção agrícola com a conservação ambiental, não só oferecem soluções para a preservação dos recursos naturais, mas também promovem a sustentabilidade econômica e social das comunidades.

A ATER, por meio da capacitação e acompanhamento contínuo, proporciona aos agricultores familiares o conhecimento e as ferramentas necessárias para melhorar suas práticas produtivas, otimizar o uso do solo e dos recursos naturais, além de diversificar a produção e aumentar a resiliência dos sistemas agrícolas. Esse apoio técnico é crucial para superar obstáculos como a escassez de informações sobre práticas agroecológicas, a dificuldade de acesso a recursos financeiros e o enfrentamento das complexidades do mercado. A assistência técnica, portanto, vai além da simples orientação; ela se torna um elemento estruturante no processo de desenvolvimento rural, criando condições para que os agricultores se tornem mais autônomos, inovadores e competitivos, ao mesmo tempo em que preservam e valorizam suas tradições e conhecimentos locais.

Além disso, a ATER contribui para a inclusão social e econômica das comunidades rurais, permitindo que os agricultores acessem programas públicos de incentivo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que fortalece a segurança alimentar e amplia as possibilidades de comercialização. Esse processo de integração entre saberes acadêmicos e práticos também fortalece a capacidade das comunidades de se adaptarem às demandas e mudanças do mercado, gerando um ciclo de desenvolvimento sustentável que impacta positivamente tanto a economia local quanto a qualidade de vida dos assentados.

Portanto, a assistência técnica é mais do que uma simples atividade de suporte; ela é um pilar essencial para a transformação da realidade dos assentamentos, proporcionando soluções duradouras para os desafios enfrentados pelas famílias agricultoras. Ao fortalecer a capacitação, a autonomia e a inclusão das comunidades rurais, a ATER não apenas contribui para a melhoria das condições de produção, mas também impulsiona o desenvolvimento de um modelo agrícola mais justo, sustentável e resiliente, alinhado aos desafios globais e locais

de sustentabilidade e justiça social. A continuidade e expansão desse tipo de apoio técnico são, portanto, essenciais para garantir que as comunidades rurais, especialmente as de assentamentos de reforma agrária, possam prosperar de forma autossustentável e integrada aos princípios de agroecologia e diversidade produtiva.

Contribuições dos Autores: O Professor Dr. Fabio Fernandens Villela contribuiu de forma significativa para a elaboração do projeto, considerando seu conhecimento prévio sobre os territórios e os moradores dos assentamentos envolvidos, além de fornecer o referencial teórico necessário para o desenvolvimento dos estudos. Paulo Vinicius de Jesus Morgado participou da elaboração do projeto e foi responsável pela execução das atividades práticas, pela elaboração dos relatórios encaminhados aos órgãos competentes e pela sistematização e análise dos dados obtidos nos resultados. As estagiárias Antonia Raqueicha Sousa e Silva e Janaina Tereza Santos Teodoro atuaram no apoio à elaboração dos relatórios, na organização das listas de presença e no suporte às demais atividades necessárias para a execução do projeto. A autoria da escrita do artigo é atribuída a Antonia Raqueicha Sousa e Silva.

Financiamento: Esta pesquisa foi financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A administração dos recursos financeiros e o repasse das bolsas ficaram sob responsabilidade da Universidade Federal de Goiás. Ao todo, 16 universidades foram contempladas, sendo a distribuição das bolsas realizada de acordo com o número de territórios atendidos por cada instituição. A estrutura do projeto contou com um coordenador geral em nível nacional, um coordenador regional vinculado a cada universidade, um supervisor para cada campus contemplado, um bolsista residente para cada universidade, além de bolsistas estagiários e bolsistas ALFs (Agentes Locais de Formação), cujo quantitativo foi definido conforme o número de territórios e pessoas atendidas. No campus Ibilce/Unesp, contou-se também com o apoio da Proec, o qual possibilitou a manutenção de um maior número de bolsistas estagiários.

Agradecimentos: Os agradecimentos são destinados aos moradores dos assentamentos pela receptividade e colaboração durante a realização deste trabalho, cuja convivência nos proporcionou uma valiosa troca de conhecimentos. Expressamos também nossa gratidão ao orientador Fábio Villela e ao professor Paulo Jesus, cujas orientações foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. Os agradecimentos também são atribuídos aos bolsistas do assentamento, Cléssio Martins, Douglas Sponton e Erlane Sampaio, pelo apoio e pela parceria ao longo do curso, contribuindo de forma essencial para o sucesso desta jornada. Por fim, dedicamos um agradecimento especial às nossas famílias, pelo suporte e incentivo incondicional durante todo o percurso.

Conflito de Interesse: Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Referências

1. BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. > Acesso em: 12 jan. 2025.
2. BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/821106/lei-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-lei-12188-10> >. Acesso em: 12 jan. 2025.
3. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Cartilha de boas práticas na lavoura cacaueira no estado do Pará. Belém: MAPA/CEPLAC, 2020. 64 p. ISBN 978-65-86803-05-1. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacaucultor/manejo/cartilhas-se>. > Acesso em: 12 jan. 2025.
4. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. MDA participa de encontro sobre avanços na assistência técnica rural, no Piauí. Brasília, DF: MDA, 23 set. 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/09/mda-participa-de-encontro-sobre-avancos-na-assistencia-tecnica-rural-no-piaui>. > Acesso em: 11 dez. 2024.
5. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Reforma agrária: promovendo justiça social e desenvolvimento econômico no campo. Brasília, DF: MDA, 26 jul. 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/reforma-agraria-promovendo-justica-social-e-desenvolvimento-economico-no-campo>. > Acesso em: 11 dez. 2025.

6. MATTIA, V.; GREGOLIN, M. R. (Reuters) - R. P. FABRINI, J. E. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO PARA ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA DE 2009 A 2019**. [s.l.] Revista GeoPantanal ? UFMS ? Corumbá/MS, jan/jun 2021.
7. VILLELA, F. F. **Cultura ambiental no território caipira: história e saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista**. Retratos de Assentamentos. v. 19, p. 323 - 350, 2016. Disponível em: < <http://www.uniara.com.br/nupedor/revista-retratos/> >. Acesso em 2 jul. 2020.
8. VILLELA, F. F. **Educação no campo e práticas pedagógicas: desafios e possibilidades no pós-pandemia** In: II Seminário Internacional e V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo, 2022, São Carlos - SP. Anais do II Seminário Internacional e V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo São Carlos - SP: UFSCAR, 2022, v.1, p. 232-246. Disponível em: < <https://doi.org/10.5281/zenodo.13998491> >. Acesso em 24 jan. 2025.